



RACIONALIDADE TÉCNICA, DIVISÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO UNILATERAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE MARX

TECHNICAL RATIONALITY, DIVISION OF LABOR, AND UNILATERAL EDUCATION: CONSIDERATIONS BASED ON MARX

Cristiane Alves Pereira Damasceno

Mestre em Filosofia pela UFC
Professora do IFPA
cristiane.pereira@ifpa.edu.br

Renato Almeida de Oliveira

Doutor em Filosofia pela UFC
Professor Adjunto da UVA
renato_oliveira@uvanet.br

Nosso objetivo é analisar a divisão do trabalho e os efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador, à luz de Karl Marx e demais autores com posicionamento teórico marxista, cujas contribuições pertinentes possibilitam a compreensão sobre a relação antagônica entre a classe burguesa, economicamente predominante, e a classe trabalhadora, que tem apenas a força de trabalho como único bem de troca para manutenção de sua sobrevivência, pesquise-se sobre, reflexões marxistas enquanto aporte teórico para pensar o ensino de filosofia no contexto da educação.

Palavras-chave: O capital; Divisão do trabalho; Educação omnilateral; Educação unilateral.

Our objective is to analyze the division of labor and immediate effects of mechanized production on the worker, in the light of Karl Marx and other authors with Marxist theoretical positions, whose relevant contributions make it possible to understand the antagonistic relationship between the economically predominant bourgeois class and the working class, which only has labor power as the only exchange good to maintain its survival, research on Marxist reflections as a theoretical contribution to thinking about the teaching of philosophy in the context of education.

Keywords: The capital; Division of labor; Omnilateral education; One-sided education.

Introdução

Neste artigo pretende-se a) explicitar a origem da educação unilateral através da divisão do trabalho e b) enunciar a hipótese na qual a educação é subserviente aos interesses capitalistas, condicionando a subjetividade dos indivíduos para manter a classe operária sob o domínio da elite dominante. Na pesquisa desenvolvida, tal hipótese foi analisada considerando a divisão do trabalho entre atividade intelectual e manual, que tem como consequência a apropriação dos saberes e de indivíduos como mecanismos para a produção de mercadorias.

Em termos de desenvolvimento das ideias presentes no texto, e para alcançarmos os mencionados objetivos, o presente artigo está dividido em duas partes. Na primeira apresenta-se a racionalidade tecnocientífica que passou a predominar na sociedade a partir da modernidade. Na segunda parte é tecida uma reflexão sobre a divisão do trabalho na sociedade capitalista e os impactos, tanto da predominância da racionalidade tecnocientífica quanto da divisão do trabalho na formação dos indivíduos através de uma educação unilateral.

1. A racionalidade tecnocientífica moderna

A sociedade moderna inaugurou uma nova forma de racionalidade que governa a vida humana até nossos dias. Tal racionalidade trouxe profundas mudanças, transformações nos campos da ciência e tecnologia, nos processos de comunicação e informação, no âmbito da produção, na mundialização da economia, na financeirização do capital etc. Vivemos uma realidade extremamente complexa que afeta fundamentalmente o modo de existência dos indivíduos, suas manifestações culturais e a configuração de suas instituições. Conforme Oliveira (2013, p. 8):

Esse sistema foi viabilizado, entre outros fatores, pelo progresso tecnológico das últimas décadas e pela revolução dos meios de comunicação, que transpôs as divisas do tempo e do espaço, tornando a comunicação mundial instantânea e gerando uma internacionalização do mercado cultural de massa. Com isso, atingiu todo o planeta a difusão não só de imagens e sons através de um assédio publicitário ininterrupto, mas de capitais, de tecnologias, de ordens de bolsas e transações, informações etc.

Essa complexidade existencial põe o homem contemporâneo numa caminhada em busca do sentido da sua vida, na criação de um cabedal simbólico que possa servir-lhe de

norte existencial. No entanto, a busca por esses conteúdos simbólicos se dá de uma maneira difusa, seja em religiões, grupos sociais e até mesmo na mídia, com suas explicações sobre a realidade, seus símbolos, suas personalidades que propõem um estilo de vida supostamente acessível a todos (cf. MOREIRA, 2008, p. 17). De qualquer modo, a busca por esse sentido marca a vida dos indivíduos, o que abre espaço para diversas concepções educacionais, formativas, e novas propostas pedagógicas.

O homem hodierno não abre mão de sua autonomia, arduamente conquistada por lutas históricas, não pensa em abandonar os avanços da ciência e da técnica, os conhecimentos adquiridos pela humanidade. Porém, como conciliar tais conquistas com processos formativos que não considerem apenas o aspecto instrumental da vida e da natureza, mas que veja o homem em sua omnilateralidade? A educação hodierna, pode-se dizer, vive uma espécie de paradoxo: por um lado supervaloriza os avanços técnicos e científicos, os quais, atrelados à lógica reprodutora do capitalismo focam apenas na instrumentalização da existência. Por outro lado, precisa formar indivíduos capazes de lidar com as novas tecnologias sem perder seu caráter humano, moral e existencial.

Desde as primeiras décadas da modernidade o saber científico se pôs como doador de sentido da realidade e, conseqüentemente, da vida humana. A ciência pretende explicar os elementos fundamentais da realidade, dar respostas racionalmente fundadas às questões essenciais que a humanidade se põe. É inegável que a técnica e a ciência marcam, fundamentalmente, a existência do homem contemporâneo, tanto em nível empírico, no seu cotidiano, na sua *práxis* diária, quanto em nível da consciência, que é determinada pelo tecnologicismo (cf. OLIVEIRA, 2013, p. 297). Essa consciência tecnológica representa o reconhecimento de que o homem é sujeito, é o agente doador de sentido da realidade. Ele cria, através do trabalho, o mundo material. No entanto, o homem não é apenas um ser que faz, que produz materiais necessários à sua sobrevivência. Ao fazer, ele situa seu feito na esfera do sentido, ele toma consciência de sua situação no mundo e exprime esse mundo através da linguagem. Quando toma a linguagem como auxiliar no seu processo de intervenção no mundo, o homem começa a fazer ciência, com a qual ele capta o modo como o mundo funciona e amplia sua capacidade de intervenção nele. Com a ciência, o material do mundo é organizado, sistematizado, passível de ser transmitido. Há, portanto, a produção de conhecimento.

A técnica (dimensão do fazer) e a ciência (dimensão do saber), por conseguinte, tornam o homem cada vez mais senhor de si, diminuindo sua dependência com relação às forças estranhas da natureza. Nesse sentido, a ciência e a técnica, em sua acepção geral, são

uma síntese de manifestação da liberdade humana. Além disso, reforça o caráter social do homem, sua inter-relação e a cooperação dos indivíduos entre si, tendo em vista que a vultuosa quantidade de materiais e conhecimentos produzidos depende de uma rede de relacionamentos.

Após inúmeras comprovações empíricas, portanto, dos avanços tecnocientíficos, é plausível que a maioria das pessoas acreditem, hoje, que a ciência e a técnica se constituem como os recursos mais adequados, mais eficientes, para garantir à humanidade uma existência segura, qualitativamente superior às condições de vida dos antepassados.

Acredita-se, por conseguinte, que a ciência e a técnica podem trazer ao homem a verdade de sua vida, resgatando-o de uma vida de incertezas, insegurança e desamparo. Nos últimos tempos, todavia, a racionalidade tecnocientífica tem sido questionada por ter traído os ideais modernos, por ter instrumentalizado a razão, agora submetida à exploração humana e natural. O saber científico tem exposto a humanidade a crises constantes e cada vez mais agudas. É como se a racionalidade estivesse adormecida e sua luz tivesse se apagado.

Porque a razão dorme, e a sua luz se apaga. Isso pressupõe, portanto, um esforço áspero de vigília, enquanto a noite, o obscuro, o monstruoso, existem por direito natural, prévios a qualquer racionalidade. Ao invés do triunfo do pensamento verdadeiro da razão, da claridade que invade para sempre o universo, o que se descobre é uma predominância invencível das trevas. (COLI *apud* NUNES, 2008, p. 554).

A razão tecnocientífica, portanto, tem se revelado precária, enfraquecida. A condição de vida dos seres humanos contemporâneos, marcada pela violência, pelo descaso, por doenças etc., sobressai aos ideais propostos pela modernidade. Herbert Marcuse, contrariamente ao que muitos pensam, denomina a nossa sociedade de irracional, embora ela esteja assentada nos ideais racionalistas e seja uma sociedade que supervaloriza o saber. No entanto, Marcuse explica que: “Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência...” (MARCUSE, 1973, p. 14).

Do ponto de vista econômico, a instauração da racionalidade tecnocientífica promoveu a intensificação da acumulação do capital, na medida em que desregulamentou o mercado mundial permitindo o avanço do capital, o que trouxe sérios danos à vida humana, especialmente o aumento da pobreza extrema. Essa acumulação fortaleceu o poder do capital sobre os Estados nacionais, dificultando qualquer forma de regulação das práticas dos grupos

financeiros que agem exclusivamente com base nos seus interesses privados, em detrimento do interesse da coletividade, deixando tanto as instituições políticas quanto a sociedade civil, reféns dos agentes do mercado. Desse modo, a acumulação do capital intensificada pelos avanços tecnocientíficos,

[...] engendrou uma nova forma de acumulação e regulação do capital, a globalização ou mundialização que certamente não é apenas um evento econômico, mas um fenômeno essencialmente complexo que contém muitas dimensões e muitos aspectos e marca e transforma fundamentalmente a vida dos povos hoje, suas instituições e seus modelos culturais. Ela é um tipo de “liberalismo transnacional” uma vez que por decisões políticas aboliu as amarras, isto é, desregulamentou o mercado mundial, sobretudo os mercados financeiros, que geraram a especulação em grande escala e estimularam a criação dos paraísos fiscais, submetendo tudo às exigências dos mercados capitalistas. “A dinâmica política exigida pelo capitalismo financeiro criou sérios problemas para a disputa democrática do poder e para o seu exercício em favor das classes empobrecidas” (OLIVEIRA, 2013, p. 68-69).

Como se pode observar, portanto, o avanço do capital mundial, fomentado pelos avanços da técnica, nas áreas, principalmente, da informação e de processamento de dados, traz sérios danos à vida humana. Além dos expostos na citação acima, podemos destacar ainda a extrema acumulação de capitais, de renda, nas mãos de um minúsculo grupo de capitalistas detentores dos meios de produção, o que gera, conseqüentemente, um aumento da pobreza.

No campo do trabalho, os avanços da técnica têm tornado a atividade laborativa humana cada vez mais precária. “Isso tem provocado uma grande mudança na estrutura ocupacional e forte movimento na direção de desregulamentação de direitos” (OLIVEIRA, 2013, p. 70-71). Nesse cenário, a massa dos trabalhadores é intensamente explorada, expropriada da riqueza material produzida.

Sendo assim, a mente humana se faz força produtiva direta, e é nesse sentido em primeiro lugar que se fala de sociedade pós-industrial. Há grande massa de indivíduos que são perdedores desse processo e há completa ausência de autoridade global efetiva para enfrentar as questões que emergem dessa nova situação. Tudo isso provocou grandes impactos nas várias esferas da vida humana (OLIVEIRA, 2013, p. 71).

A racionalidade tecnocientífica, portanto, se mostra em nossos dias inumana, enganadora, perversa, traindo os ideais de liberdade, progresso e esclarecimento, empobrecendo os indivíduos, causando ignorância e “o ser humano termina reduzido a um acessório da máquina e dos aparelhos de dominação, portanto, o sujeito humano parece

reduzir-se a uma pura função da história, de qualquer forma de forças que estão para além de sua consciência autônoma” (OLIVEIRA, 2013, p. 74).

2. A racionalidade técnica, a divisão do trabalho e a educação unilateral

Para Adam Smith, a divisão do trabalho expandiu e aperfeiçoou a atividade produtiva dando-lhe precisão ao decompor a complexidade da atividade produtiva, tornando-a simplificada, parcial e unilateral e nesse processo. Pode-se evitar que a atenção do operário se disperse. Ampliando e expandindo a capacidade produtiva do trabalhador e consequentemente isso resvalou sobre a educação do operário:

Onde a divisão do trabalho foi aperfeiçoada, cada homem só precisa realizar uma operação simples; toda a sua atenção é restringida a isso, e por sua mente passam só poucas ideias, todas diretamente relacionadas com aquela operação. Quando a mente é aplicada a uma variedade de objetos, ela de algum modo se expande e amplia e, por causa disso, geralmente se reconhece que um artesão do campo possui uma gama de pensamentos muito superior à de um artesão da cidade. O primeiro talvez seja concomitante marceneiro, carpinteiro, construtor de casa e moveleiro, e sua atenção naturalmente tem de estar direcionada para uma quantidade de objetos de tipos bem diferentes. O último talvez seja apenas moveleiro; esse tipo particular de trabalho demanda todos os seus pensamentos, e como ele não tem a oportunidade de comparar uma quantidade de objetos, sua visão das coisas para além de seu próprio comércio de modo algum é tão ampla quanto a do primeiro. E isso se aplica em grau ainda maior quando toda a atenção de uma pessoa é voltada para a décima sétima parte de um alfinete ou a octogésima parte de um botão, tal é a divisão dessas manufaturas [...] a regra é geral; nas cidades, eles não são tão inteligentes quanto no campo, nem em um país rico como em um país pobre. Outra inconveniência sobre o comércio é, que a educação é bastante negligenciada (MÉSZÁROS, 2016, p. 269).

A negligência diante da educação do trabalhador possibilitou o empobrecimento e condicionamento do ser humano ao desempenho de uma atividade parcial, bem como a simplificação acentuada diante da complexidade do trabalho. Isso reduziu os investimentos e as exigências sobre a sua formação, atrofiando suas capacidades intelectivas, o subordinando ao modo de produção. Por outro lado, impossibilitam sua elevação e o mantém como classe subalterna, subserviente:

Essas são as desvantagens do espírito comercial. As mentes humanas se contraem e se tornam incapazes de elevação. A educação é desprezada ou, no mínimo, negligenciada, e o espírito heroico está quase completamente extinto. Solucionar esses defeitos seria um tema merecedor de séria atenção (MÉSZÁROS, 2016, p. 269).

O desprezo dado para a educação do trabalhador o coloca em desvantagens no

desempenho de suas atividades, pois isso impossibilita sua elevação sobre a classe dominante e o mantém cativo ao seu domínio. Assim, a educação passa a ser um mecanismo de dominação que se opõe ao trabalhador, na medida em que o impossibilita de gerir meios de oposição e libertação da classe operária.

Marx e Engels trataram essas questões, quando ocorreu a introdução da maquinaria na fábrica, como meio e força produtiva a serviço do capital, para elevar a produção de mais valor e a função do operário foi reduzida, simplificada, passando a gerenciar a maquinaria e atender as necessidades de “cuidar” e de “vigiar”.

Vigiar máquinas, reatar fios quebrados, não são atividades que exigem do operário um esforço de pensamento, mas, além disso, impedem-no de ocupar o espírito com outros pensamentos. Já vimos, igualmente, que este trabalho somente deixa lugar à atividade física, aos exercícios dos músculos (MARX; ENGELS, 2011, p. 38).

Tal fortalecimento dos músculos significa que a força física prevalece sobre a capacidade intelectual do operário e o mantém subserviente ao exercício de manutenção e prioriza e desenvolve funções para a sobrevivência da maquinaria. Diante disso, compreendemos que a educação unilateral prioriza o conhecimento prático, operacional para a manutenção do capital morto, isto é, bem como o crescimento da valorização do capital. Diante da hegemonia do sistema capitalista, o trabalhador ao executar sua atividade produtiva teve a redução de sua capacidade intelectual à execução manual, pela alienação, passando a ser destituído de suas características humanas, sendo sua subjetividade capturada na produção do sobretrabalho:

a alienação mostra-se não só no resultado, mas também no ato da produção, no interior da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador defrontar-se com o produto da sua atividade como algo de alienado se no próprio ato da produção ele próprio não se alienasse? O produto é apenas o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a própria produção tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. Na alienação do objeto do trabalho resume-se apenas a alienação, a exteriorização na atividade do próprio trabalho. (MARX, 2015, p. 308).

Pela alienação o objeto se tornou hostil e separado do trabalhador. Essa hostilidade também se fez presente no desempenho de sua atividade, pois a execução de uma função repetitiva, parcial e unilateral aniquilou sua vitalidade, seu potencial criativo e sua autonomia e diante dos mecanismos rigorosos de controle para a extração do mais valor, o operário se tornou um ser estranho a si mesmo, isto é, ele próprio se vê como um objeto, subserviente

à produção de mercadorias. Nesse sentido, a exteriorização se resume ao processo produtivo. Isso quer dizer que a exteriorização mediada pelo sistema capitalista é o ato produtivo, isso não implica somente na produção do objeto, ou seja, na feitura do objeto, mas nesse processo, o homem faz de si mesmo um objeto. Isso significa que sua subjetividade foi condicionada para a produção de mercadorias, assim, a alienação predomina tanto de forma externa quanto interna ao trabalhador.

Diante disso, a atividade perde o caráter de autoatividade, de autorrealização, e torna-se alienante, na qual o trabalhador define e se torna apenas um meio de subsistência e lhe resta apenas agonizar diante da asfixia dos seus talentos, na execução de uma atividade unilateral e por isso a “concentração exclusiva do talento artístico em alguns indivíduos e, com isso, a sua permanente asfixia em meio às grandes massas é consequência da divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 2007, p. 381).

Pela divisão do trabalho, o trabalhador se torna um indivíduo unilateral, pois “o indivíduo como tal, considerado por si mesmo, é subordinado à divisão do trabalho, que o torna unilateral, deforma-o, determina-o” (MARX; ENGELS, 2007, p. 421). Além de tudo isso, reduz sua condição de vida e sua possibilidade de resistir e transformar a realidade na qual se insere:

Trata-se sempre, de um momento que desaparece e se reproduz de acordo com a necessidade no todo da vida do indivíduo [...], cujas relações com esse mundo foram reduzidas ao mínimo por uma condição de vida miserável – se tratar de tal indivíduo não há, todavia, como evitar que, caso ele tenha alguma necessidade e sua vida mesma, que esse pensar se torne um poder fixo confrontado com esse indivíduo incapaz de oferecer resistência (MARX; ENGELS, 2007, p. 258).

O pensamento foi condicionado às resoluções de preocupações cotidianas e a buscar meios de satisfazer de forma imediata às necessidades humanas, com isso ele se tornou inócuo e suas aptidões e capacidades foram minimizadas. Tal condicionamento impossibilitou o indivíduo a questionar, problematizar sua vivência, a perceber as contradições, desigualdades existentes na sociedade capitalista e, conseqüentemente, o impediu de se tornar o agente transformador, de criar uma sociedade nova. Tal condicionamento da consciência se universaliza, pois o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Já que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 2016, p. 5).

Por conseguinte, compreende-se que a hipertrofia e a atrofia são características que condizem com a educação unilateral, pois, como salientamos em nossa hipótese, ela implica

num mecanismo que torna os indivíduos subservientes aos interesses do sistema capitalista, condicionando os sujeitos para sujeitá-los a dominação da elite burguesa sobre a classe operária, em prol da produção de mercadorias. A “educação [unilateral] e a divisão do trabalho atuais, que produzem a hipertrofia e a atrofia nos dois extremos da sociedade” (MARX, 2017, p. 692).

A educação unilateral norteia a formação do indivíduo de acordo com a divisão entre o trabalho intelectual e manual, ou seja, formando indivíduos capazes de executar em suas tarefas de forma operacional, parcial e unilateral, como supracitamos anteriormente, gerenciados por uma classe de trabalhadores que detém o saber científico, ajustando-o ao modo de produção capitalista. Diante disso, justificamos a nossa primeira hipótese, a educação unilateral como mecanismo que serve aos interesses do sistema capitalista, condicionando os indivíduos ao domínio da classe burguesa sobre os proletários:

A antiga divisão do trabalho continua a subsistir tranquilamente no tocante ao essencial na produção do futuro à Duhring, retira da formação técnica escolar toda a aplicação prática futura, todo o significado no que se refere à produção e deixa-lhe apenas uma finalidade meramente curricular (MARX; ENGELS, 2011, p. 128).

A divisão do trabalho tem sua continuidade garantida no sistema de produção capitalista, ela se perpetuou nesse sistema. A formação do operário se tornou meramente curricular, pois não possibilita distinguir as contradições e implicações que essa categoria, como fator predominante no processo produtivo, impôs sobre a categoria trabalho. Dessa forma, o condicionamento entre a educação e a produção capitalista, no sentido que a formação do indivíduo reproduz tal sistema sem possibilitar sua problematização e a análise de seus conflitos existentes.

O empobrecimento do teor crítico e analítico diante da realidade na qual estão inseridos os indivíduos possibilitou a atrofia na formação dos jovens da classe operária. Isso se deu pela imposição da classe dominante mediada pelo Estado, que determinam sua aprendizagem, para mantê-los em condições de vida minimizadas, isto é, baixas condições de vida, pois “a formação intelectual, no caso do operário possui-la, não teria influência direta sobre o salário; que a instrução geralmente depende do nível das condições de vida, e que o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses” (MARX; ENGELS, 2011, p. 114).

A educação unilateral atua diferenciando o ensino, de acordo com a divisão de classes sociais, a qual cada indivíduo pertence, isto é, a classe operária, o ensino profissionalizante; a

classe burguesa, a formação clássica. Além disso, a classe burguesa e a sociedade capitalista, por meio dos seus agentes no Estado, decidem qual formação é ou não dispensável para o ensino da “classe oprimida”:

O caráter de classe do ensino burguês manifesta-se de uma maneira mais clara quando nos ocupamos do que é considerado aos filhos dos operários e camponeses do que quando nos ocupamos do ensino que ela reserva para os seus próprios filhos e para os da nobreza. A educação dos filhos da classe dominante baseia-se na mentira e na fraude, e a educação dos filhos da classe oprimida, no indispensável. No entanto, quem decide o que é indispensável são os capitalistas e não as necessidades das crianças ou pelas necessidades gerais da sociedade (SUCHODOLSKI, 2010, p. 61).

A classe dominante se dispõe da educação como um instrumento para atender seus interesses na produção de mais-valor, onde a burguesia se apropria da educação da classe trabalhadora, pelos investimentos repassados ao Estado, para financiar os programas educacionais. Com isso, a mediação do Estado e seu caráter jurídico serão unilaterais na medida em que se posicionam pelas classes dominantes que se apropriam da educação da classe trabalhadora, como propriedade privada. Assim, pela educação unilateral, a burguesia limita o desenvolvimento intelectual e crítico da classe trabalhadora e por meio de medidas fiscais cerceia o acesso da população pobre ao ensino universitário. Tal postura, inclusive, gerou e tem gerado revoltas importantes.

Em resposta às medidas fiscais que tinham por finalidade privar os pobres do acesso ao ensino superior e frente às medidas disciplinares que pretendiam submetê-los às decisões discricionais dos agentes de polícia, em 1861, os estudantes protestaram enérgica e unanimemente, primeiro em suas assembleias, depois na rua até alcançarem manifestações importantes (MARX; ENGELS, 2011, p. 117).

Tomamos como exemplo a luta dos jovens estudantes em garantir o acesso ao ensino superior e nesse intuito se organizaram em assembleias e protestaram contra a classe dominante visando garantir os seus direitos como estudantes. Em nossa atualidade essa luta ainda se faz necessária, através da organização da sociedade civil em combater medidas que cerceiam o acesso dos mais pobres a uma educação pública de qualidade através de decretos que legitimem seu ingresso nas instituições de ensino médio e superior.

A educação unilateral proporciona uma formação que preencha os requisitos do modo de produção, para elevação da produção de mercadorias e do seu consumo na sociedade capitalista. De outro modo, minimizam os investimentos sobre a aprendizagem do trabalhador e com isso ele será facilmente substituído em sua atividade produtiva pela

máquina (cf. MARX; ENGELS, 2011, p. 99).

A ideologia predominante na sociedade contemporânea, portanto, é a da unilateralidade, onde a formação dos indivíduos é promovida visando apenas as demandas do mercado. Temos por *Ideologia* o conhecimento parcial da realidade, oriundo da divisão do trabalho, que promoveu a cisão entre atividade intelectual e manual. Disso decorreu a decomposição da complexidade do trabalho, o qual passou a ser desenvolvido de forma parcial, unilateral, no entendimento de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1845–1846).

A cooperação, nas sociedades primitivas, por meio da divisão do trabalho e a organização do trabalho social se deu pela separação entre homens e mulheres e, por conseguinte, as atividades produtivas foram distribuídas de acordo com as “disposições naturais” dos indivíduos, tais como: força física, habilidades manuais *etc.* Deste modo, inicialmente, pela tríade “cooperação, divisão do trabalho e escambo” representaram o escopo, o fundamento sob o qual se constituem as relações sociais do trabalho e o nexos que impulsionou as transformações históricas ao longo do tempo. Assim, na “luta do homem com a natureza”, o trabalho é uma atividade complexa por conter, em si, a inteligência, o conhecer, o fazer, que constituem as habilidades manuais. O homem empregou suas disposições subjetivas (mente) e objetivas (habilidades) na atividade produtiva e ao trazer a existência, o produto, pela exteriorização, como fruto dessa atividade, pôde expandir sua consciência, estabelecer nexos sociais e modificar o mundo ao seu redor, estabelecendo condições para a perpetuação de sua espécie (cf. MARX; ENGELS, 2007).

A atividade produtiva complexa e totalizadora, composta pelo conhecer e fazer, possibilitou ao homem ir além da satisfação de suas necessidades vitais, criando perspectivas e renovando a vida por meio das famílias e das relações de troca. Deu-se, assim, uma sociedade dividida em classes, onde “a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estruturadas diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento” (MARX; ENGELS, 2007, p. 31).

A sociedade dividida em classes propiciou uma profunda modificação na relação do homem com a natureza, pelo trabalho e dessa forma, a atividade produtiva assume um novo contexto, sendo praticada por vários indivíduos, sob a regência da divisão do trabalho:

Com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses

momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho será novamente supressumida (MARX; ENGELS, 2007, p. 36).

O rompimento da totalidade da atividade produtiva, devido à partilha dos conhecimentos intelectual e manual a diferentes indivíduos, na manufatura e a partir disso, o tornou o trabalho unilateral, de modo que, coube ao indivíduo executá-lo de maneira parcial e simplificada. Assim, o todo se tornou partes, fragmentos. Com as divisões que foram ocorrendo na manufatura e na sociedade, o saber e o pensar assumiram ainda outras subdivisões (cf. AQUINO, 2015, p. 64-69). Deste modo, a execução da atividade produtiva passa a ocorrer de forma unilateral, pois os indivíduos se atêm a uma parcela do todo evidenciando a separação entre as “atividades espiritual e material”, entre o conhecer e o fazer. A partir disso, a complexidade e totalidade do trabalho foi decomposta, isto é, simplificada e dividida em partes: “A divisão do trabalho só se torna realmente divisão, a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

A propriedade privada e a divisão do trabalho correspondem a um determinado estágio de desenvolvimento histórico e social do capitalismo. E a apropriação do trabalhador numa operação parcial, unilateral e simplificada representa a subsunção deste modo de produção capitalista. O que leva nosso autor a afirmar: “Ele pertence, a partir de agora, a essa operação, que se torna função exclusiva de sua capacidade de trabalho reduzida a uma abstração” (MARX, 2010, p. 345).

A subsunção implicou na assimilação da divisão do trabalho, pelo exercício repetitivo da atividade produtiva, de modo parcial, e a atribuição dessas operações direciona mais habilidades dos indivíduos para além da unilateralização, parcialidade e simplificação, pois em concomitância a esse processo, se deu a decomposição das capacidades humanas para o exercício do trabalho: “Não se trata da decomposição do processo de meus princípios mecânicos, mas da decomposição com respeito ao fato de que esses processos singulares devem ser realizados como funções da capacidade de trabalho humana” (MARX, 2010, p. 345).

Desse modo, o trabalho, antes constituído como uma atividade totalizadora, complexa, pela sociedade de classe, se constitui como alienada e tem como principais elementos a unilateralidade, a parcialidade e a simplificação, reduzida a execução de funções no modo de produção capitalista. O trabalho alienado afeta o indivíduo, simplificando suas capacidades e aptidões naturais, deformando-o e mutilando-o:

Quando as circunstâncias sob as quais vive esse indivíduo só lhe permitem o desenvolvimento [uni]lateral de uma quali[dade] e as custas de todas as demais, [se] elas lhe proporcionam material e tempo para desenvolver só uma qualidade, então esse indivíduo logra apenas um desenvolvimento unilateral, aleijado (MARX; ENGELS, 2007, p. 257).

A unilateralidade do trabalho o torna uma atividade repetitiva, enfadonha, cansativa, a causa de dor, sofrimento e doenças psicológicas, físicas e emocionais. Além disso, o trabalho alienado, desenvolvido como atividade unilateral, parcial e simplificada, típico do modo de produção capitalista, expressa os elementos que formam e condicionam a educação unilateral do trabalhador, pelo menos sob dois aspectos.

Em primeiro lugar, com a introdução da maquinaria como meio de produção do capital, ocorreu a intensificação da exploração da força de trabalho, bem como a redução dos custos com o salário, meios de sobrevivência, bem como alimentação, moradia e aprendizagem:

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou redução dos custos de aprendizagem, implica imediatamente uma maior valorização do capital, pois tudo o que encurta o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho estende, ao mesmo tempo, os domínios do mais-trabalho (MARX, 2017, p. 424).

Em segundo lugar, a divisão do trabalho ao simplificar, isto é, decompor a complexidade da atividade produtiva, tornando-a parcial e unilateral, também recairá sobre a aprendizagem do trabalhador:

A divisão do trabalho por meio da sua simplificação facilita sua aprendizagem; portanto, diminui os custos de produção gerais da capacidade de trabalho. Em terceiro lugar, a divisão do trabalho encurta o tempo de aprendizagem do trabalhador. A divisão do trabalho diminui o tempo requerido na aprendizagem de uma operação (MARX, 2010, p. 330).

As passagens sobre educação nas obras de Marx e Engels se encontram de forma assistemática e cabe ao pesquisador organizá-las de acordo com sua pesquisa. Para nós, elas são como pequenos diamantes incrustados na divisão do trabalho e tentamos a todo custo dar evidência à sua importância, isto é, através delas percebemos que o trabalho é o fio condutor que alinha a educação aos moldes da divisão do trabalho. Nesse sentido, a divisão do trabalho gera unilateralidades. Em relação a isso, temos a unilateralização da educação, como uma delas, por reunir, ordenar e estabelecer os efeitos negativos sobre a atividade produtiva e conseqüentemente sobre a educação. Em nossa análise, a educação unilateral transpôs a divisão do trabalho do “chão da fábrica” e se tornou um mecanismo na sociedade

capitalista a serviço da burguesia, em especial no campo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Dayani Crisde. **A influência da divisão do trabalho e da troca mercantil no modo de conhecer o ser social**. 2015. 129f. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Tradução de Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Economia Política e Sociedade; v. 1).

MARX, Karl. **Trabalho alienado e propriedade privada: Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto & Maria Antonia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre a Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MOREIRA, Alberto da Silva. *O futuro da religião no mundo globalizado – painel de um debate*. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de. (Orgs.). **O futuro da religião na sociedade global: uma perspectiva multicultural**. São Paulo: Paulinas, 2008.

NUNES, Tiago Ribeiro. *O retorno do religioso na contemporaneidade*. In: **Psicol. USP**. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 547-560, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Abr. 2016.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A religião na sociedade urbana e pluralista**. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Temas de Atualidade).

WOJNAR, Irena; MAFRA, Jason Ferreira (Org.). **Bogdan Suchodolski**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Data da submissão: 17 jul. 2024.

Data do aceite: 22 out. 2024.



Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>).